

II SEMINÁRIO IDN JOVEM

JOÃO COELHO MENDES, MÁRCIO GUIMARÃES, PEDRO CONSTANTINO, PEDRO PONTE E SOUSA, CATARINA LIBERATO, CRISTHOFER WEILAND, DANILO PRANDI, NATÁLIA RABELLO, JOÃO SILVEIRA, ELSA DE ALMEIDA, GUILHERME DE SOUSA, RICARDO ABEL, CLÁUDIA DE ALMEIDA, FRANCO TOMASSONI, PEDRO CAMACHO, LARISSA COELHO, VANESSA DO COUTO, MARIA ALICE DE OLIVEIRA, ANA MOREIRA, MARIANA BOÇON, RICARDO CARDOSO, RITA GONÇALVES, TIMARETHA PEREIRA, LISA HENRIQUES, MAURÍCIO VIEIRA, CRISTINA COSTA, DÉBORA MORAIS, GESSICA TELES, RUTE DE OLIVEIRA

II Seminário IDN Jovem

Comentadores

Prof. Doutora Ana Paula Brandão
Prof. Doutora Liliana Reis
Prof. Doutor Jorge Tavares da Silva
Prof. Doutora Maria do Céu Pinto
Mestre Ana Filipa Neves

Braga
4 e 5 de Abril de 2017

Instituto da Defesa Nacional

Os Cadernos do IDN resultam do trabalho de investigação residente e não residente promovido pelo Instituto da Defesa Nacional. Os temas abordados contribuem para o enriquecimento do debate sobre questões nacionais e internacionais.

As perspetivas são da responsabilidade dos autores não refletindo uma posição institucional do Instituto da Defesa Nacional sobre as mesmas.

Diretor

Vitor Rodrigues Viana

Coordenador Editorial

Alexandre Carriço

Núcleo de Edições

António Baranita

Capa

Nuno Fonseca/nfdesign

Propriedade, Edição e Design Gráfico

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel.: 21 392 46 00

Fax.: 21 392 46 58

E-mail: idn.publicacoes@defesa.pt

www.idn.gov.pt

Composição, Impressão e Distribuição

EUROPRESS – Indústria Gráfica

Rua João Saraiva, 10-A – 1700-249 Lisboa – Portugal

Tel.: 218 494 141/43

Fax.: 218 492 061

E-mail: geral@europress.pt

www.europress.pt

ISSN 1647-9068

ISBN: 978-972-27-1994-0

Depósito Legal 344513/12

© Instituto da Defesa Nacional, 2017

Preâmbulo

A segurança e a defesa estão intrinsecamente ligadas aos valores da liberdade e do bem-estar. A preservação destes valores, indissociáveis do modo de vida das sociedades democráticas, deve encontrar nos jovens o seu garante futuro e o seu principal ativo.

As Universidades, como plataforma geradora de conhecimento, reflexão crítica e responsáveis pela transmissão de conceitos e práticas de cidadania às gerações futuras, nas mais diversas áreas de atividade, contam com o Instituto da Defesa Nacional (IDN) como um parceiro ativo para a consecução desse objetivo.

Depois do sucesso da primeira edição do Seminário “IDN Jovem” (novembro de 2016), o Instituto da Defesa Nacional, numa organização conjunta com diversos Núcleos de Estudantes de Ciência Política e de Relações Internacionais de Universidades Portuguesas, promoveu na Universidade do Minho em Braga, entre 4 e 5 de abril de 2017, o segundo “Seminário IDN Jovem”. Neste evento científico, foram apresentados trabalhos de investigação de estudantes, desenvolvidos mediante o sistema de “Call for Papers”, subordinados aos seguintes grupos temáticos: Política Externa e Defesa Nacional; Ameaças Transnacionais; Segurança Energética; Direitos Humanos; e o Mar como Vetor Estratégico.

A sessão de abertura do II “Seminário IDN Jovem” contou com a presença de Sua Excelência O Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor José Alberto de Azeredo Lopes, que proferiu uma conferência sobre “Violência, terror e espaço público”.

O principal objetivo deste “Seminário IDN Jovem” foi, uma vez mais, o de proporcionar aos estudantes de licenciatura, pós-graduação, mestrado e doutoramento, um espaço de apresentação pública das suas reflexões e debates científicos sobre temáticas relacionadas com a segurança e defesa, cujo aprofundamento resulta nos artigos agora publicados no presente número dos Cadernos do IDN.

Este é um compromisso que o Instituto da Defesa Nacional se orgulha de manter com os estudantes do ensino superior, aproximando-os das temáticas de segurança e defesa e potenciando os seus contributos e reflexões na promoção de um debate alargado e participado pelas novas gerações.

Vítor Rodrigues Viana

Índice

Preâmbulo	3
<i>Vítor Rodrigues Viana</i>	
PAINEL 1 e 2 – POLÍTICA EXTERNA E AMEAÇAS TRANSNACIONAIS	
O Reavivamento da Geopolítica Alemã: o Novo Califado	31
<i>João Mendes</i>	
Uma Visão Global Sobre as Ameaças Transnacionais	49
<i>Márcio Ferreira Guimarães</i>	
Crise da Ucrânia: o <i>Turning Point</i> num Ressuscitar da Política Comum de Segurança e Defesa Europeia?	65
<i>Pedro Constantino</i>	
Novas Ameaças à Segurança de Portugal nos Conceitos Estratégicos de Defesa Nacional	77
<i>Pedro Ponte e Sousa</i>	
A Política Externa Portuguesa nas Relações com a Alemanha no Decorrer da Primeira Guerra Mundial: o Caso do Porto	89
<i>Catarina Liberato</i>	
Política Externa Brasil-Portugal: os Avanços e Retrocessos em Economia e Educação Através da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	109
<i>Cristhofer Weiland, Danilo de Mauro Prandi e Natália Fonseca Rabello</i>	
A Resposta da União Europeia às Migrações Irregulares Marítimas: Iniciativas em Mar	125
<i>João Almeida Silveira</i>	
Do Papel Regulador da OMC à Defesa do Estado-Nação: Defesa Nacional vs. Economia Global	145
<i>Elsa de Almeida, Guilherme Sousa e Ricardo Abel</i>	
Informação e Segurança no Ciberespaço: a Sobrevivência do Estado Face às Ameaças Virtuais	163
<i>Claudia Almeida</i>	

PAINEL 3 – SEGURANÇA ENERGÉTICA E DEFESA NACIONAL

A Segurança Energética Europeia a Partir do Acordo entre Produtores OPEP e não OPEP: Contributos para uma Análise de Prospetiva para 2030 185
Franco Tomassoni

A Relação Energética UE-Rússia e a Opção Atlântica 205
Pedro Camacho

PAINEL 4 – DIREITOS HUMANOS

Os Direitos Humanos das Pessoas Migrantes: o Acesso a Direitos como Via para a Integração. O Caso Português 231
Larissa Araújo Coelho

Direitos Humanos e Assistência Consular: a Importância da Assistência Consular para a Proteção dos Direitos Humanos 243
Vanessa Couto

Intervenções Humanitárias: “Cavalo de Troia” na Líbia 265
Maria Alice Oliveira

Ciganos e Batráquios: a Simbologia de uma Discriminação 283
Ana Moreira, Mariana Boçon, Ricardo Cardoso, Rita Gonçalves e Timaretha Pereira

PAINEL 5 – MAR COMO VETOR ESTRATÉGICO

Portugal, *Hypercluster* do Mar e Política Marítima Europeia 305
Lisa Henriques

A ZOPACAS e a Segurança do Atlântico Sul: o Caso da Serra Leoa 313
Maurício Vieira

O Mar Enquanto Vetor Geoestratégico e Identitário de Portugal: Análise da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 333
Cristina Filipa Jesus Costa, Débora Gameiro Morais, Gessica Elaine de Souza Teles e Rute Pelége de Oliveira

A ZOPACAS e a Segurança do Atlântico Sul: o Caso da Serra Leoa

Maurício Vieira

1. Introdução

Estabelecida pela ONU em 27 de outubro de 1986 por meio da *Resolução 41/11*, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) tem o objetivo de criar e manter a proteção da costa leste da América do Sul e costa oeste de África a partir da não proliferação de armas nucleares, além de “ampliar o espaço geoestratégico (...), centrado essencialmente na vertente da segurança marítima e da cooperação estratégica para o desenvolvimento sustentado” (Almeida e Bernardino, 2013). No entanto, os 24 países¹ integrantes desta zona regional apresentam desafios particulares, mas que, quando integrados, apontam para a necessidade de uma ação conjunta, compartilhada e com o objetivo de, principalmente, defender os interesses nacionais a partir de uma perspectiva regional. Neste contexto, a criação da ZOPACAS representou não somente o reavivamento da agenda de segurança marítima nos países do hemisfério sul (Pimentel, 2015), mas também o confronto direto à principal potência militar mundial, uma vez que os EUA votaram contra à *Resolução da ONU 41/11*; enquanto Bélgica, França, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Alemanha e Portugal abstiveram-se daquela votação (Almeida e Bernardino, 2013). Diante deste cenário, cada país da costa oeste africana e da costa leste americana representa um desafio à sua consolidação, uma vez que “a ZOPACAS padece de problemas de institucionalização, agravados pela falta de capacidades materiais” (Pimentel, 2015). Com base no processo de securitização (Waever, 2011), o presente artigo analisa a criação da ZOPACAS e sua relação com o contexto serra-leonês para argumentar que as instabilidades política e securitária deste país têm impacto negativo na atuação da ZOPACAS, por evidenciar tanto a presença militar estatal quanto a fragmentação desta região a partir da presença de organismos internacionais, principalmente a ONU.

2. Securitização: um Processo Regional?

Promover o debate sobre o processo de securitização é possibilitar uma compreensão acerca da identificação de diversos objetos de análise nos Estudos de Segurança

1 A ZOPACAS é composta pelos seguintes países: África do Sul, Angola, Argentina, Benim, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai (Ministério das Relações Exteriores, 2017).

Internacional (ESI). Esta premissa inicial encontra fundamento a partir de Buzan e Hansen (2012), ao argumentarem que os ESI “surgiram de debates sobre como proteger o Estado contra ameaças externas e internas após a Segunda Guerra Mundial” (Buzan e Hansen, 2012, p. 33). Desde o final de 1940, os ESI estruturam-se em quatro questões, sejam estas implícitas ou explícitas. De acordo com os autores, a primeira questão centra-se em privilegiar o Estado como objeto de referência e “a constituir algo que precisa ser assegurado: a nação, o Estado, o indivíduo, o grupo étnico, o meio ambiente ou o próprio planeta” (Buzan e Hansen, 2012, p. 37). A segunda refere-se a incluir tanto ameaças internas e externas, seguida da expansão da segurança para além do setor militar e do uso da força para, finalmente, assumir que a segurança deve ser vista como relacionada à dinâmica de ameaças, perigos e urgência (Buzan e Hansen, 2012, pp. 37-39).

Com base nesta perspectiva e nas quatro questões que norteiam o debate dos ESI, encontra-se o contributo da Escola de Copenhague e seu respetivo “processo de securitização” e “teoria dos complexos regionais”. Seguindo Buzan e Hansen (2012), a Escola de Copenhague posicionava-se de forma intermediária entre o estadocentrismo tradicional e as reivindicações em favor da segurança individual ou global dos tradicionais Estudos Críticos de Segurança e Pesquisa da Paz. Assim, para Buzan e Hansen (2012), a teoria da securitização baseia-se na tríade da teoria dos atos da fala, na compreensão schmittiana de segurança e política excecional e nos debates de segurança tradicionalistas.

“Combinando essa tríade, o conceito de segurança geral da ‘segurança’ bebe da sua constituição no contexto do discurso de segurança *nacional*, o que implica uma ênfase na autoridade, na confrontação – e na construção – de ameaças e inimigos e na capacidade de tomar decisões e adoção de medidas de emergência. A segurança possui uma força discursiva e política específica e é um conceito que faz algo – securitiza – em vez de ser uma condição objetiva (ou subjetiva)” (Buzan e Hansen, 2012, p. 323).

Desta forma, como salienta Tanno (2003, p. 50), a perspectiva teórica formulada pela Escola de Copenhague pode ser caracterizada como abrangente, por sustentar que as ameaças à segurança tem origem não apenas na esfera militar, mas também nas esferas política, econômica, ambiental e societal. Por mais que o contributo da Escola de Copenhague tenha surgido no contexto europeu, a perspectiva de securitização não se restringe a este objeto de análise, permitindo o diálogo em outras áreas geográficas ao se perceber tanto a construção de ameaças quanto a construção de estruturas capazes de minimizar o impacto causado por estas ameaças criadas. Por construção, entende-se conforme Tanno (2003, p. 57) explica: “processos de construção de questões de segurança ocorrem, primordialmente, por meio de discursos proferidos pelos atores mais interessados em estabelecer as agendas de segurança. Questões políticas podem, portanto, sofrer processos/movimentos de ‘securitização’ ou ‘dessecuritização’”.

Para entender esse processo, Wæver (1999; 2011) assume que a abordagem de securitização aponta para a natureza inerentemente política de qualquer designação de questões de segurança e, portanto, coloca uma questão ética para os analistas, tomadores de decisão e ativistas: “por que definir ‘uma’ questão como questão de segurança?

Quais são as implicações de tal definição? E, não obstante, quais as implicações de uma questão não ser sido definida como sendo de segurança?” (Wæver, 1999, p. 334). A partir desta exposição, as questões tornam-se securitizadas seguindo um processo *top-down* estruturado em três fases: “não politizado”, “politizado” e “securitização”. A perspectiva *top-down* representa que o Estado ainda é o ator determinante das questões de segurança, mesmo que este seja influenciado por outras dinâmicas do sistema internacional. De acordo com Buzan *et al.* (1998), na primeira fase – “não politizada” – não existe um debate público porque o Estado não a insere na agenda política. A partir do momento em que o Estado insere o debate na agenda pública, sendo necessária uma decisão governamental, a questão torna-se “politizada”. Para a terceira fase – “securitização” – há uma construção discursiva da qual a questão não apenas incluída na agenda securitária, mas está atrelada à existência de uma ou mais estratégias, ameaças, riscos e dinâmicas.

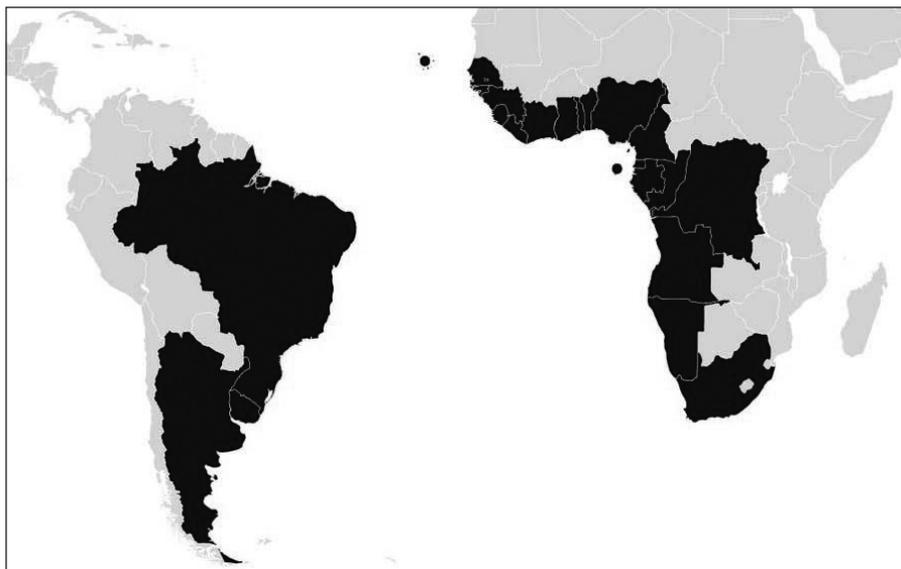
A partir do processo de securitização acima apresentado, o contributo desta análise avança no sentido de assimilar esta perspectiva no âmbito do que Buzan e Wæver (2003) estabeleceram por “complexos regionais de segurança” (CRS). É objetivo deste artigo analisar a criação e construção da ZOPACAS como um processo de securitização a partir de um complexo regional de segurança. Neste sentido, os CRS são definidos como por padrões duradouros de amizade e inimizade assumindo a forma de padrões subglobais, geograficamente coerentes de interdependência de segurança (Buzan e Wæver, 2003, p. 45). Para exemplificar este conceito, os autores argumentam que o caráter particular de um CRS será muitas vezes afetado por fatores históricos – relações interestatais conflituosas ou estáveis. Neste sentido, a formação de um CRS deriva da interação entre, por um lado, a estrutura anárquica e suas consequências de equilíbrio de poder e, por outro, as pressões de proximidade geográfica local (Buzan e Wæver, 2003, p. 45). Como interpreta Tanno (2003), os CRS resultam da estrutura anárquica do sistema internacional moderno e consistem em estruturas anárquicas em miniatura ou subsistemas. Fazem parte, portanto, de um nível intermediário de análise, localizado entre as dinâmicas interestatais e sistêmicas de segurança, bem como doméstico, Estado-Estado, entre regiões e o papel de potências externas. Por mais que o conceito de CRS tenha sido formulado após a criação da ZOPACAS, a perspectiva conceptual permite compreender a dinâmica internacional a partir do posicionamento das potências globais. Como salientam Buzan e Wæver (2003, p. 47), o nível regional é crucial na definição das opções e consequências da projeção das suas influências e rivalidades para o resto do sistema, uma vez que o nível regional é não só importante para os Estados que integram esse subsistema regional, mas também o é substancialmente importante para as potências globais.

3. A ZOPACAS: Criação e Desafios

Com base na interpretação da dinâmica internacional a partir de uma perspectiva securitária e do estabelecimento de complexos regionais de segurança, o presente artigo localiza a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) inserida

neste cenário. Por mais que a sua criação tenha sido anterior à formulação deste debate teórico/conceptual, entende-se inserir a ZOPACAS neste debate que é fundamental para compreender não somente a formação deste complexo regional de segurança como também os aspectos culturais e geoestratégicos pertencentes à esta área marítima e a relação de influência que exerce diante das potências globais (figura 1).

Figura 1 – Mapa da ZOPACAS



Fonte: DefesaNet (2013).

De acordo com a *Resolução 41/11* da ONU, que estabeleceu a criação da ZOPACAS, são identificados seis pontos classificados e divididos por – no âmbito deste artigo –, cinco motivações e um fator de influência. As motivações destacam i) a importância da promoção da paz e da cooperação no Atlântico Sul em benefício de toda a humanidade e, em particular, dos povos da região; ii) a necessidade de preservar a região da militarização, da corrida armamentista, da presença de bases militares estrangeiras e, sobretudo, de armas nucleares; iii) o reconhecimento do interesse e da responsabilidade dos Estados da região em promover a cooperação regional para o desenvolvimento econômico e a paz; iv) a aplicabilidade dos princípios e normas do Direito Internacional ao espaço oceânico, em particular o princípio da utilização pacífica dos oceanos; e v) o fortalecimento da paz e da segurança internacionais e para a promoção dos princípios e propósitos das Nações Unidas. Aos cinco pontos, acrescenta-se o fator de influência, o qual relaciona-se com a independência da Namíbia e a eliminação do regime racista do *apartheid* como condições essenciais para garantir a paz e a segurança do Atlântico Sul (UN, 1986).

As motivações e o fatores de influências identificadas acima encontram suporte a partir do Tratado de Tlatelolco², do Tratado da Antártida³ e do Tratado de Pelindaba⁴, os quais também formalizaram o compromisso dos países que integram a ZOPACAS em construir uma região sul-marítima livre de armas nucleares. Desde a formalização desta zona, foram realizadas reuniões ministeriais no Brasil (Rio de Janeiro, 1988; Brasília, 1994), Nigéria (Abuja, 1990), África do Sul (Somerset West, 1996), Argentina (Buenos Aires, 1998), Angola (Luanda, 2007) e Uruguai (Montevidéu, 2013). Como salientou o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antônio de Aguiar Patriota, na VII Reunião da ZOPACAS, realizada em Montevidéu, em 2013. Na ocasião, Patriota (2013) definiu o Atlântico Sul como “uma ponte entre continentes irmãos” e a importância desta ponte está alicerçada na presença sul-americana e africana, “seja pelo desenvolvimento econômico e social, seja pelos passos dados no caminho da sustentabilidade, seja pelas descobertas de enormes reservas minerais e petrolíferas, seja pelos seus abundantes recursos de biodiversidade” (Patriota, 2013). Neste cenário, o ex-ministro argumentou que a ZOPACAS “tem condições de tornar-se instrumento relevante para o avanço de iniciativas de fortalecimento e universalização de tratados relevantes sobre desarmamento e não-proliferação, dos quais fazem parte a grande maioria de seus membros. Traz, assim, uma contribuição de peso ao avanço em direção ao um Hemisfério Sul livre de armas nucleares, na linha das resoluções já adotadas pela Assembleia Geral das Nações

-
- 2 O Tratado de Tlatelolco, assinado inicialmente por 14 países em 1967, foi promovido pelo mexicano Alfonso García Robles, Prêmio Nobel da Paz em 1982, com a finalidade de proibir os testes, fabricação, produção, armazenagem ou aquisição de armas nucleares na América. O acordo foi assinado na cidade do México em 14 de fevereiro de 1967 e entrou em vigor em 25 de abril de 1969. O Tratado “garante a ausência de armas nucleares na região e o uso da energia nuclear para fins pacíficos” e reconhece que a mera existência de armas nucleares representa uma ameaça para a humanidade”. O Tratado atualmente tem o apoio de 33 países: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela (El Nuevo Herald, 2017; Opanal, 2017).
 - 3 O Tratado da Antártica entrou em vigor em 1961, após negociações em 1959, nos EUA. O objetivo do tratado é o de assegurar que a Antártida seja usada para fins pacíficos, para cooperação internacional na pesquisa científica, e não se torne cenário ou objeto de discórdia internacional. Os dispositivos do tratado asseguram que: ficam proibidas medidas de natureza militar, como o estabelecimento de bases e fortificações, realização de manobras militares e experiências com quaisquer tipos de armas na Antártida; mantém-se a liberdade de pesquisa científica e de colaboração na Antártida; ficam proibidas as explosões nucleares, bem como o lançamento de lixo ou resíduos radioativos na Antártida; e cada parte no tratado pode designar observadores nacionais, devidamente habilitados, para visitar estações, instalações e equipamentos, navios e aeronaves em pontos de embarque ou desembarque na Antártida, em qualquer tempo, em qualquer e em todas as áreas da Antártida (Ministério do Meio Ambiente, 2017).
 - 4 O Tratado de Pelindaba é também conhecido por “Tratado Africano para a formação de uma Zona Livre de Armas Nucleares”. Este Tratado foi idealizado na primeira cimeira da Organização da União Africana realizada em 21 de julho de 1964 no Cairo, Egito. Na ocasião, os Estados membros declararam que estavam dispostos a comprometer-se, através de um acordo internacional a concluir sob os auspícios das Nações Unidas, a não fabricar ou adquirir o controle de armas nucleares (UNODA, 2017; IAEA, 2017).

Unidas” (Patriota, 2013). Apesar de reconhecer a importância da ZOPACAS e destes esforços, o cenário é desafiador.

Como salienta Domingos Neto (2015), o debate sobre a defesa do Atlântico Sul exige ter em conta os termos “imperialismo” e “colonialismo”. Para o autor, os dois lados do oceano são formados por ex-colônias que não lograram autonomias razoáveis. “A América do Sul, mais ‘ocidentalizada’, está longe de se equiparar, em termos econômicos e militares, às potências do ‘Norte’; a África sequer curou as sequelas das guerras de libertação e vive em permanente instabilidade; seus conflitos internos, inclusive, são alimentados pelas disputas dos países hegemônicos” (Domingos Neto, 2015, p. 20). Nesta mesma linha de pensamento, Luís (2015) argumenta que o Atlântico Sul é ainda um espaço onde surgem contendas territoriais e disputas por soberania, como ocorre entre Argentina e Reino Unido, no que concerne às Ilhas Malvinas, Geórgia e Sandwich do Sul, “além de surgirem disputas a respeito das propostas de extensão da plataforma continental em que Argentina e Reino Unido se contrapõem” (Luís, 2015, p. 83). Neste ponto, Pimentel (2015) resgata um aspecto importante sobre a geopolítica do Atlântico Sul, ao pontuar que a aceção estratégica moderna desta região transatlântica começa a ganhar corpo no século XX, a partir do momento em que se torna importante no contexto da Segunda Guerra Mundial. Direcionando esta perspectiva para uma posição brasileira, o autor argumenta que o Brasil se viu enredado no conflito europeu devido à sua posição geográfica meridional, com importante inclinação sobre o território africano, possibilitando tornar o Atlântico Sul em uma barganha estratégica (Pimentel, 2015, p. 115).

A barganha a qual Pimentel (2015) refere-se pode ser exemplificada pela perspectiva brasileira, mencionada por Moreira (2015), ao elucidar que a ampliação da presença do Brasil no Atlântico Sul ocorre sem tensões com os países vizinhos. No entanto, o desafio brasileiro “não se limita à atuação de suas empresas, mas na combinação coordenada entre dissuasão e cooperação. A integração regional só surtirá efeito se forem conjugadas políticas comuns de defesa, cooperação militar e econômica” (Moreira, 2015, p. 353). Mais precisamente no âmbito da ZOPACAS, o autor complementa o argumento esclarecendo que “são estabelecidos mecanismos de cooperação multilateral em seus planos de ação (destacando-se o de Montevideu, de 2013) como forma de intensificar a atuação dos Estados-membros. O que se percebe, no entanto, é a prevalência da cooperação bilateral, negligenciado o multilateralismo a um segundo plano” (Moreira, 2015: 353).

Neste caso, o multilateralismo apresenta-se como um meio de convergir diferentes cenários a um objetivo securitário comum a partir da identificação de quais outras regiões estratégicas são formadas a partir da delimitação da ZOPACAS. Conforme Guimarães (2015), três amplas regiões estratégicas podem ser identificadas para o domínio do Atlântico Sul e que devem ser consideradas para a estratégia de comando do oceano. Na análise do autor, há a região entre o nordeste brasileiro e a África Ocidental, mais precisamente entre Cabo Verde e Senegal, que consiste num ponto de estrangulamento naval entre a América do Sul e a África. Segundo, há os três trampolins insula-

res⁵, devido à sua importância para as rotas sul-atlânticas. E, finalmente, existem as costas marítimas brasileira e africana, especialmente entre Angola e o Golfo da Guiné, a leste, até ao Recife e Rio de Janeiro, a oeste.

Por mais que existam as duas práticas diplomáticas – bilateralismo e multilateralismo –, a proposta do artigo não se centra em debater as melhores práticas no contexto da ZOPACAS, mas reconhecendo que ambas exercem um papel preponderante para a construção e consolidação da zona de paz, cabendo aos Estados membros encontrar um equilíbrio nas suas relações interestatais. É o que argumenta Moreira (2015), ao destacar que é preciso mais do que a simples cooperação militar caso os países membros da ZOPACAS entendam que é necessário garantir a não intervenção de atores extrarregionais para garantir uma zona de paz e cooperação. “A criação de uma zona de paz sem a cooperação econômica, diplomática e técnica talvez cause o efeito contrário; torna-se um atrativo às potências extrarregionais” (Moreira, 2015, p. 356). Neste cenário, cada país representa um desafio e uma oportunidade de fomentar a construção e consolidação da ZOPACAS, principalmente porque há aspetos intrínsecos da dinâmica interna que influencia o relacionamento diplomático com os países vizinhos e transatlânticos.

4. O Caso da Serra Leoa

O processo de securitização, o Complexo Regional de Segurança e a criação da ZOPACAS apontam a direção para uma compreensão acerca das dinâmicas interna e externa de cada país membro. É neste contexto que o presente artigo aborda o contexto de Serra Leoa como imprescindível na compreensão dos desafios para a atuação da zona de paz desde 1986. As dinâmicas histórica, política, cultural, econômica e social pertencente à Serra Leoa exercem uma influência direta e indireta identificada em três níveis de análise: o nível interno, marcado pela formação social e política do país; o nível regional, a partir da relação do governo nacional com os países vizinhos principalmente durante o conflito armado; e o nível transatlântico, com foco na presença internacional.

4.1. Aspetos Gerais

Serra Leoa possui um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) – 181.^a posição de um total de 193 países – e está a desenvolver uma agenda de reconstrução pós-conflito coordenada pela ONU, após mais de uma década de conflito armado (1991 a 2002). Localizado na África Ocidental, o país possui uma extensão territorial de 71.740km², sendo que 120km² representam os sistemas aquíferos e os 71.620km² restantes correspondem ao espaço terrestre. Limita-se com a República da Guiné e a Libéria e possui uma área litoral no Oceano Atlântico com uma extensão de 402km. Embora o país possua recursos naturais para atender à demanda econômica, ainda se recupera de uma guerra civil que destruiu a maioria das instituições governamentais. Após o fim do conflito, em 2002, o crescimento econômico tem sido impulsionado pela mineração,

5 Os trampolins insulares aos quais (Guimarães, 2015) se refere são: Georgetown, Santa Helena e Tristão da Cunha, sob domínio do Reino Unido.

particularmente, o minério de ferro. Além deste, outros produtos passaram a liderar a lista de exportações, como diamantes e rutilo, os quais tornam a economia local vulnerável às flutuações dos preços internacionais. Outro fator determinante na queda da economia interna foi um surto do vírus ébola, em 2014. Setores como os transportes, saúde e produção industrial foram prejudicados, pois a epidemia retrocedeu o investimento privado e o governo aumentou os gastos com a saúde, restringindo os investimentos em outros setores. A defesa aérea e marítima em Serra Leoa é feita pelo exército nacional Republic of Sierra Leone Armed Forces. Os dados obtidos pelo Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) atestam quanto do orçamento do governo de Serra Leoa é destinado às forças armadas. O quadro seguinte (tabela 1) mostra os valores anuais em dólares (US\$ milhões) gastos em despesa militar.

Tabela 1 – Despesa militar em Serra Leoa em milhões de US\$

1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
8,3	12,9	14,6	25,1	32,0	34,4	32,5	31,3	23,0	10,9*
1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Não disponível	Não disponível	31,7	37,7	37,5	40,9	33,2	32,5	36,2**	33,9**
2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	* Dado impreciso.		
24,0**	27,9**	26,6**	25,5**	24,4	24,2	39,0	** Estimativa do SIPRI.		

Fonte: SIPRI (2016).

Serra Leoa opõe-se à contínua ocupação pelas tropas guineenses de Yenga, uma pequena aldeia no rio Makona que faz fronteira com a Guiné. As forças da Guiné chegaram a Yenga em meados da década de 1990 para ajudar as forças armadas de Serra Leoa a reprimir os rebeldes e garantir a segurança da sua fronteira comum, mas aí permaneceram mesmo após os dois países assinarem um acordo em 2005, reconhecendo que Yenga pertencia a Serra Leoa. Em 2012, os dois lados firmaram uma declaração para desmilitarizar a região.

4.2. Colonização, Independência e Conflito Armado

A formação territorial e social em Serra Leoa não difere muito de outros países igualmente explorados pela mão-de-obra escrava e/ou pelas riquezas naturais. No século XV, o território serra-leonês foi ocupado por diferentes etnias e tem início o período de navegação portuguesa (Fyle, 2006; Donelha, 1977). A partir de 1684, os ingleses⁶ passaram a explorar a mão-de-obra e os recursos naturais da região. A ocupação britânica tornou-se mais constante desde 1772, com o fim do tráfico negreiro e da escravidão na Inglaterra.

6 A chegada dos ingleses é marcada pelo comerciante Thomas Corker, que desembarcou no território de Sherbro para trabalhar na Royal African Company (Fyle, 2006, p. xvii).

De modo a evitar problemas sociais que se alastravam nesse país, os negros libertados na Inglaterra eram enviados para a Serra Leoa, transformando este território num “depósito” de pessoas oriundas das mais variadas etnias. Os primeiros negros libertados na Inglaterra desembarcaram em Serra Leoa, em 1787, seguidos pelos da Nova Escócia, do Canadá e da Jamaica. A sua chegada a Serra Leoa foi um dos principais fatores para a diversidade de etnias na cidade hoje denominada de Freetown. Fundada em 1791, esta cidade era administrada pela Sierra Leone Company, da qual participavam banqueiros e empresários britânicos interessados em torná-la uma empresa rentável (Fyle, 2006, p. 33). Em 1808, o governo britânico assumiu o controle da colônia e a Marinha Real levou para Freetown, entre 1808 e 1816, mais de 6 mil escravos capturados em navios (Fyle, 2006, p. 34). O comércio humano teve um crítico impacto na demografia da região, na escassez de trabalho, na agricultura e na estrutura e composição das instituições políticas (Denov, 2010, p. 51). Somente em 1928 o governo inglês pôs fim à escravatura em Serra Leoa.

A Inglaterra oficializou o território serra-leonês como seu protetorado em 1896, demarcando as fronteiras com a Guiné-Conacri e a Libéria. Os anos de 1898 e 1938 foram marcados por movimentos de resistência ao protetorado britânico, com mobilizações a norte e a sul. Após o fim da Segunda Guerra Mundial (1930-1945), o governo britânico estabeleceu emendas constitucionais com o objetivo de transferir a administração do protetorado de Serra Leoa para a elite urbana. No entanto, os partidos que surgiram da nova constituição não tinham coesão de interesses e ideologias, acentuando as divergências políticas e sociais (TRC, 2004, p. 5). Em 1946, sob a liderança de Milton Margai, foi criado o Sierra Leone People’s Party (SLPP), que ganhou as eleições realizadas em 1951 para o Conselho Legislativo. O governo do SLPP, liderado pela etnia Mende, aguçou a polarização étnica e religiosa em Serra Leoa. As primeiras eleições foram marcadas por manifestações do grupo étnico Krios, contrário a Serra Leoa continuar sendo um protetorado. Mesmo após a eleição do SLPP para o Conselho Legislativo, rebeliões contra o governo nacional ocorreram no norte do país. Essas rebeliões perdiam força diante do poder militar britânico e, apesar da aparente derrota, os seus líderes iniciaram outros movimentos de independência, como o Sierra Leone Progressive Independence Movement (SLPIM), que coincidiu com a introdução do voto universal e a eleição, em 1957, de Milton Margai do SLPP para primeiro-ministro (Fyle, 2006). Após esta eleição, uma facção do SLPP desligou-se e organizou um novo grupo político, o People’s National Party (PNP), liderado por Albert Margai e Siaka Stevens. Milton Margai aliou-se a esta facção, formando a United Front (UF) (Fyle, 2006). Stevens recusou-se a assinar o acordo para a independência de Serra Leoa, conforme estabelecia a conferência realizada em Londres no ano de 1960, e fundou o Elections Before Independence Movement (EBIM), posteriormente convertido no partido político All People’s Congress (APC) (Fyle, 2006).

Serra Leoa conquistou a independência em 27 de abril de 1961 e, em 1962, mais uma vez, Milton Margai (SLPP) foi eleito primeiro-ministro, sendo substituído pelo irmão, Albert Margai (PNP), em 1964. Quando da realização de novas eleições, em 1967, o partido da oposição, o APC, venceu o pleito com a nomeação de Stevens, que não chegou a assumir o cargo pois o governo foi tomado pelo Brigadeiro John Lansana. Este foi der-

rubado dias depois por oficiais que convidaram Andrew Juxon-Smith, um alto funcionário em licença, para dirigir um governo provisório, o National Reformation Council (NRC). O golpe também não durou muito e, em 1968, eleito pela APC, Stevens assumiu o governo. Em 19 de abril de 1971, dez anos após a independência, a Serra Leoa tornou-se uma república e Stevens o seu primeiro presidente, tendo governado até 1985 no meio de manifestações de estudantes e de falências de empresas. Este período foi marcado por sucessivos golpes de Estado, agravando a instabilidade política no país (Fyle, 2006).

A guerra civil, liderada pelo Revolutionary United Front (RUF), movimento iniciado a partir de protestos estudantis contra a política nacional nas décadas de 1970-80, em aliança com o National Patriotic Front of Liberia (NPFL), eclode em 23 de março de 1991, durante o governo do general Momoh (1985-1992). A proposta inicial da RUF era protestar por melhores condições sociais e opor-se à corrupção em Serra Leoa, após a permanência do mesmo partido no governo por 24 anos (quadro 1) e sobre a constante alternância de poder político a partir de vários golpes de Estado (TRC, 2004, p. 6).

Como destaca o manifesto *Footpaths to Democracy: Toward a New Sierra Leone* (RUF, 1995), escrito pelo seu dirigente Foday Sankoh, o conflito serviria para promover a liberdade, igualdade e justiça social. Sankoh concordou em apoiar o movimento NPFL em troca de uma base na Libéria. Liderados pelo liberiano Charles Taylor, os revolucionários da NPFL atuavam em conjunto com os rebeldes de Sankoh na invasão à Serra Leoa (Abdullah, 1998, p. 220), que havia cedido parte do seu território para as forças da Economic Community of West African States cease-fire Monitoring Group (ECOMOG) que estavam bombardeando áreas da NPFL na Libéria (Fyle, 2006). Taylor forneceu saídas para as exportações de diamantes em troca de armas e treino militar (Denov, 2010: 60). Portanto, o comércio de diamantes foi mais uma agravante no conflito armado.

Quadro 1 – Chefes de Estado da Serra Leoa

Período	Chefe de Estado	Partido Político
1961 – 1964	Milton Margai	SLPP
1964 – 1967	Albert Michael Margai	PNP
1967 – 1968	Brigadeiro John Lansana / Andrew Terrence Juxon-Smith	NRC
1968 – 1985	Siaka Probyn Stevens	APC
1985 – 1992	Joseph Saidu Momoh	APC

Fonte: elaborado pelo autor a partir das referências bibliográficas e autores mencionados nesta parte sobre *Colonização, Independência e Conflito Armado*.

Além da guerra civil, um golpe de Estado sob o comando de Solomon Musa, em abril de 1992, aumentou a instabilidade política. Foi proclamada a National Provisional Ruling Council (NPRC) como administrador nacional, liderado pelo capitão Strasser. Na tentativa de pôr fim ao conflito armado, Strasser declarou um cessar-fogo unilateral de

um mês e ordenou que a RUF entregasse as armas. Rejeitando essa possibilidade, a RUF elaborou novas estratégias, continuou a luta e, no final de 1994, tinha estabelecido seis campos permanentes (Keen, 2005, p. 40). Em fevereiro de 1995, Strasser assinou um contrato com a base britânica Gurkha Security Guards para treinar as Forças Armadas do país em troca de concessões de diamantes (Gberie, 2005) e pediu um reforço militar à base sul-africana Executive Outcomes (EO) (Keen, 2005; Ukeje, 2003), utilizando forças militares privadas de Angola e da Namíbia.

Em 1996, novo golpe de Estado colocou no poder Julius Maada Bio. A sua permanência foi extremamente curta e ocorreram eleições presidenciais, sendo vencedor Ahmed Tejan Kabbah (SLPP), cujo governo foi marcado por diversas tentativas de conciliação⁷ e pela prisão de Sankoh, em março de 1997, no aeroporto de Lagos, Nigéria (Fyle, 2006). Diante das constantes mudanças de regime e dos golpes militares ocorridos no período pós-independência, Serra Leoa continuou a reproduzir o processo de colonização com as suas dinâmicas de exclusão social e de estrutura política caracterizadas pela centralização de poderes e recursos centrados em Freetown, aprofundando a desigualdade entre a capital e o restante país (Jackson e Albrecht, 2011, p. 6).

4.3. A Presença Internacional

O conflito armado coincidiu com o mandato de Boutros-Ghali como Secretário-Geral da ONU. À época, Ghali solicitou ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) uma atitude para pôr fim às hostilidades entre o governo e as forças rebeldes. Uma carta direcionada ao CSNU, em 1995, anunciava que, caso a ONU não autorizasse uma intervenção em tempo hábil, mais frágil seria estabelecer um processo de paz não só em Serra Leoa, mas na região (UN, 1995). Apesar do alerta, o país permaneceu sem uma intervenção da ONU por sete anos. Esse *gap* existente entre o início do conflito armado e o início de uma missão de paz influenciou quanto aos danos estruturais no país. Reconhecendo este cenário, a primeira missão de paz da ONU em Serra Leoa – United Nations Observer Mission in Sierra Leone (UNOMSIL) – foi autorizada em 13 de julho de 1998 e permaneceu até 22 de outubro de 1999. Durante o período em que atuou no país, a UNOMSIL contou com o apoio de 210 militares observadores e 35 médicos e teve um aporte financeiro de US\$ 53,6 milhões (UN, 2001a). Os seus objetivos destacavam apenas o monitoramento das situações militar e securitária; o desarmamento e a desmobilização dos combatentes; a garantia ao Direito Humanitário Internacional e o desarmamento voluntário dos que integravam a Civil Defense Force (CDF) (UN, 1998b).

Após a autorização da UNOMSIL, Serra Leoa registrou um aumento dos ataques das forças rebeldes, além de diversas atrocidades, como destruição de vilas, torturas, mutilações e execuções de civis, sendo os ataques intensificados no norte do país (UN, 1998b). Enquanto a ONU via a ECOMOG como missão capaz de atuar no fim das hostilidades, dificilmente a instituição promoveria uma intervenção direta na região.

7 Destaca-se, neste período, a assinatura dos acordos de paz de Abidjan, Conacri e Lomé, que serão analisados mais detalhadamente nos próximos tópicos deste texto.

Primeiro, porque as forças da ECOMOG eram responsáveis por proteger os funcionários da ONU e das agências humanitárias (UN, 1998b: 4). Segundo, os incentivos externos fortaleciam a atuação da ECOMOG, como o aporte financeiro de 1 milhão de libras doados pelo Reino Unido ao governo de Serra Leoa e às forças da ECOMOG (UN, 1999a, p. 2) e também a ajuda dos governos da Costa do Marfim, Gâmbia, Guiné-Conacri, Mali e Níger quanto ao envio de tropas para atuar em conjunto com a ECOMOG.

Na tentativa de conter as hostilidades, os presidentes Kabbah (Serra Leoa) e Taylor (Libéria) fortaleceram as relações bilaterais (UN, 1998b) estabelecendo o ressurgimento da Mano River Union (MRU)⁸. Os três chefes de Estado – Serra Leoa, Libéria e Guiné-Conacri – comprometeram-se a assegurar a observância do Acordo de Cooperação e Não-Agressão entre estes três países, mas as negociações para a construção da paz em Serra Leoa só aconteceriam caso as hostilidades cessassem, conforme o proposto pelo presidente do Togo, Gnassingbé Eyadema, em 7 de janeiro de 1999, numa recomendação direcionada a Kabbah (UN, 1999a, p. 4). Conforme esta recomendação, as forças da ECOWAS e ECOMOG atuariam em conjunto porque o governo de Serra Leoa estava impossibilitado de prover avanços quanto ao fim das hostilidades e aumentava a dependência do país no tocante às intervenções externas.

Por mais que a ONU não definisse uma estratégia de atuação direta em Serra Leoa, os processos políticos entre os países que integravam a Mano River Union acabavam por influenciar a atuação desta organização. E, mesmo a passos lentos, a missão da ONU mudava seu escopo por mostrar-se ineficiente e distante dos princípios de promoção da paz e segurança mundiais. O futuro da UNOMSIL – quanto ao escopo da missão, mandato e configuração – dependia de dois fatores: da assinatura de qualquer acordo de paz entre o governo e a RUF e o fortalecimento das atividades realizadas pela ECOMOG (UN, 1999b). O Acordo de Paz de Lomé foi assinado em 18 de maio de 1999 (UN, 1999b) e foi considerado um marco no processo de paz. No entanto, a ONU recomendou ao CSNU o envio da United Nations Force que, em atuação conjunta com os militares observadores da UNOMSIL, integraria a nova fase da intervenção em Serra Leoa.

Era visível que os objetivos propostos pela UNOMSIL precisavam de ser reformulados e ampliados para pôr fim às hostilidades. As fragilidades nos setores securitário, humanitário, político e econômico, assim como as deficiências do governo de Serra Leoa, das forças da ECOMOG e da CDF em lidar com o fim conflito armado, acarretaram o surgimento de uma nova fase de intervenção da ONU no país – a United Nations Mission in Sierra Leone, UNAMSIL (UN, 1999c, p. 13). Autorizada pelo CSNU em 22 de outubro de 1999, a UNAMSIL permaneceu em Serra Leoa até 31 de dezembro de 2005, totalizando seis anos de intervenção. Diferente da primeira missão, a UNAMSIL contou

8 A Mano River Union (MRU) foi criada em 1973 a partir de um acordo de cooperação econômica entre Libéria e Serra Leoa. Em 1980 a República da Guiné foi admitida como membro, seguida da Costa do Marfim, em 2008. O acordo estabelecia uma base econômica com perspectiva de promoção da paz, da amizade, da liberdade e do progresso entre os países signatários (UN, 1974).

com um número superior de militares, assim como também assumiu a segurança dos funcionários, sem excluir as responsabilidades do governo de Serra Leoa e da ECOMOG em atuarem em conjunto neste setor (UN, 1999d).

Nesta fase, a UNAMSIL atingiu alguns objetivos, como o desarmamento de ex-combatentes, assistência nas eleições presidenciais, ajuda na reconstrução da força policial e contribuição para o funcionamento da infraestrutura governamental e dos serviços básicos para a comunidade (UN, 2001b). No entanto, o seu funcionamento mostrou-se vulnerável às hostilidades quando centenas de *peacekeepers* foram sequestrados em maio de 2000 (UN, 2000c) e, posteriormente, quando o processo de paz sofreu influência da eclosão do conflito armado na Libéria (UN, 2000d). Este fato foi fundamental para que o CSNU autorizasse a mudança de escopo da missão, com um caráter de *peace enforcement* e pela adoção do Relatório Brahimi pela ONU quanto ao fortalecimento das missões de paz (UN, 2000c, p. 15; 2000d, p. 8).

Nesse momento, a UNAMSIL passou a responsabilizar-se pela segurança do país, por reconhecer a fragilidade do processo de paz (UN, 2000a: 9). A primeira medida foi assumir a responsabilidade da ECOMOG, aumentando o campo de atuação da UNAMSIL. Essa expansão incluía o envio de forças armadas compostas por 11.100 militares (UN, 2000a, 2000b). Apesar da *Resolução 1289* ter aumentado o número de militares da ONU, as hostilidades prejudicaram os trabalhos dos *peacekeepers* que sofreram diversos ataques, a detenção de funcionários da ONU e a destruição do campo disponibilizado para o programa de desarmamento e desmobilização de ex-combatentes (UN, 2000c, p. 1). Perante estas circunstâncias, a ONU assumiu o controle do país e, assim, minimizou o conflito e as divergências existentes tanto entre o governo nacional e os rebeldes da RUF como entre os rebeldes da RUF e os *peacekeepers*.

O envio das tropas da UNAMSIL foi realizado em quatro fases (UN, 2000d, p. 4). A primeira fase consistiu na presença em locais estratégicos a oeste e leste de Serra Leoa e a inclusão de uma unidade de monitorização pelo mar, com ponto de apoio em Freetown (UN, 2000d, pp. 4-5). Na segunda, avançou gradualmente para leste, dependendo de uma análise cuidadosa da situação no território e do processo de inclusão dos ex-combatentes na sociedade (UN, 2000d, p. 5). A terceira fase correspondeu ao envio de tropas para as áreas de produção de diamantes e áreas fronteiriças na Eastern Province de Serra Leoa. (UN, 2001c: 4) e, a última foi marcada pela transição da responsabilidade sobre segurança para o governo de Serra Leoa de modo a diminuir a atuação da UNAMSIL no país.

Enquanto a diminuição das forças não era realizada, as ações da missão estavam empenhadas em fortalecer o poder militar (UN, 2000d). O fortalecimento ocorreria por meio da aquisição de materiais para monitorar a região (UN, 2000d, p. 6), mas também de outros atores externos, como o governo do Reino Unido, ao anunciar um pacote de assistência militar tanto para o governo de Serra Leoa quanto para a UNAMSIL, que incluía o treino das Forças Armadas de Serra Leoa para atuar em conjunto com a missão de paz da ONU (UN, 2000d, p. 8). Neste sentido, a *Resolução 1562* (UN, 2004), que autorizou a permanência da UNAMSIL até o fim de 2005, previa uma nova fase de interven-

ção da ONU nos anos seguintes. A justificação usada para a continuidade da missão foi mostrar à população que as Nações Unidas não estariam a abandonar Serra Leoa mas a ajustar a estratégia diante dos novos desafios (UN, 2005b, p. 14). Para continuar com o trabalho de fortalecimento das estruturas do Estado e suprir a demanda destes novos desafios na promoção da paz, foi necessário estabelecer uma sequência de ações, como suporte às forças armadas e à polícia civil no patrulhamento das áreas de produção de diamantes, suporte à polícia civil na manutenção da ordem interna e da Corte Especial para Serra Leoa, assistência à Serra Leoa no programa de recrutamento, treino e monitorização para a polícia, proteção dos funcionários da ONU (UN, 2004, p. 2), culminando com o início de um novo processo de paz e reconstrução.

Mesmo que o conflito armado tenha chegado ao fim em 2002, porque a UNAMSIL teve apoio direto do exército britânico, esta missão concluiu o mandato somente em 2005. Nesse mesmo ano, a ONU criou, por meio das *Resoluções 60/180 e 1645(2005)* (UN, 2005a; 2005b) da Assembleia Geral e do CSNU, respetivamente, a Peacebuilding Commission⁹. A consequência foi a inclusão de Serra Leoa como o primeiro país africano a estabelecer uma agenda de reconstrução pós-conflito em junho de 2006 nas seguintes áreas: emprego e empoderamento da juventude; justiça e reforma da segurança; boa governação; desenvolvimento do setor de energia; e capacitação. A agenda de reconstrução é de responsabilidade da Missão Permanente do Canadá para a ONU em Nova Iorque, a qual atua como intermediária entre os atores envolvidos na reconstrução do país.

Nesse contexto, Serra Leoa possui, atualmente, duas representações da ONU em seu território. A United Nations in Sierra Leone, resultado das anteriores missões de paz, congrega 22 agências da ONU, fundos e programas no âmbito da United Nations Country Team (UNCT). A UNCT apoia Serra Leoa na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e na agenda nacional de desenvolvimento – *Agenda for Prosperity* – por meio de uma abordagem baseada nos direitos sociais. A segunda representação tem um caráter político de coesão regional. Trata-se da United Nations Office for West Africa (UNOWA), primeiro escritório regional de prevenção de conflitos e construção da paz das Nações Unidas. Foi criado em 2002 com o mandato global de reforço das contribuições da ONU com vista à realização da paz e segurança na África Ocidental e de promover a integração regional com impacto na estabilidade na África Ocidental. Os países¹⁰ que compõem a UNOWA estão localizados na zona litorânea do Atlântico Sul, conforme o mapa seguinte.

9 Além de Serra Leoa, mais cinco países africanos também estão incluídos na Agenda da Comissão de Construção da Paz da ONU. Peacebuilding Commission: Guiné-Bissau, República da Guiné, Libéria, Burundi e República Centro Africana.

10 Cabo Verde, Mauritânia, Senegal, Gambia, Guiné-Bissau, República da Guiné, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim e Nigéria. Já Mali, Burkina Faso e Níger integram UNOWA mas sem acesso ao mar.

Figura 3 – Mapa do Golfo da Guiné



Fonte: Deutsche Welle (2014).

Os esforços para a construção e consolidação de uma estratégia marítima regional têm o apoio da ONU e incidem sobre três perspectivas de integração regional: a atuação da UNOWA, a delimitação do Golfo da Guiné e a atuação da ZOPACAS. Além das ações que objetivam consolidar a segurança territorial e marítima a partir de uma perspectiva regional, Serra Leoa também conta com a presença de outros países em seu território, como a exemplo dos EUA e Reino Unido, os quais desenvolvem ações de assistência humanitária, ainda como consequência de uma política de reparação de danos causados pela guerra e pelo vírus ébola.

5. Conclusão

O contexto serra-leonês representa um desafio a partir de uma perspectiva de atuação da ZOPACAS. Com base no que foi exposto, o processo histórico de colonização, de formação social e de estrutura política neste país são fundamentais para compreender de que forma a Zona de Paz e Cooperação pode planejar uma estratégia de atuação regional, considerando particularidades de cada país membro. Por esta razão, pensar o Atlântico Sul enquanto processo securitário e de formação de um complexo regional de segurança é permitir que cada país não só exerça influência na dinâmica transatlântica, quanto essas mesmas dinâmicas internas sejam consideradas para uma estratégia conjunta de segurança. Acrescenta-se, a este cenário, o fato de que a geopolítica formada a partir da ZOPACAS confronta outras dinâmicas regionais, seja pela atuação da UNOWA e da constante presença da ONU no país, e pelo Golfo da Guiné, evidenciando desafios internacionais que tem o oceano como seu principal palco, como é o caso da pirataria marítima. Diante deste cenário, quais os desafios dos outros países membros a serem consi-

derados para uma construção e consolidação da ZOPACAS tanto no território sul-americano, africano e no espaço marítimo? Serra Leoa é apenas um, dos 24 países envolvidos na ZOPACAS. Por mais que este cenário seja apenas um esboço do contexto nacional, as dinâmicas internas e externas precisam ser analisadas a partir de uma perspectiva holística, incluindo, principalmente, de que forma as relações bilaterais influenciam ou para o fortalecimento ou negligência da ZOPACAS no Atlântico Sul.

Referências

- Abdullah, I., 1998. Bush path to destruction: the origin and character of the Revolutionary United Front/Sierra Leone. *The Journal of Modern African Studies*, 36(2), pp. 203-235. Cambridge University Press. Acesso em 20 de janeiro de 2012.
- Almeida, E. C. e Bernardino, L. M. B., 2013. A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Organizações interzonais para a persecução da segurança marítima na Bacia Meridional Atlântica, nº 2532. Disponível www.revistamilitar.pt/artigo/797. Acesso em 9 de abril de 2017.
- Buzan, B. e Hansen, L., 2012. *A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional*. São Paulo: Editora Unesp.
- Buzan, B. e Wæver, O., 2003. *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Buzan *et al.*, 1998. *Security: A New Framework for Analysis*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- DefesaNet, 2013. *Mapa. ZOPACAS. Discurso Chanceler Patriota*. Disponível em <http://www.defesagnet.com.br/geopolitica/noticia/9333/ZOPACAS---Discurso-Chanceler--Patriota/>. Acesso em 9 de abril de 2017.
- Denov, M., 2010. *Child Soldiers: Sierra Leone's Revolutionary United Front*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Deutsche Welle, 2014. Navio que desapareceu no mar angolano pode ter ido para o Delta do Níger. *Deutsche Welle* [online]. Disponível em www.dw.com/pt-002/navio-que-desapareceu-no-mar-angolano-pode-ter-ido-para-o-delta-do-n%C3%ADger/a-17385408. Acesso em 30 de outubro de 2016.
- Domingos Neto, M., 2015. Políticas de defesa e segurança para o Atlântico Sul no século XX. *Tensões Mundiais*, 12(22), pp. 17-32.
- Donelha, A., 1977. Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde. Em A. Teixeira da Mota e P. E. H. Hair, eds., *Junta de Investigações Científicas do Ultramar*, Lisboa, pp. 108-114, em Newitt, M., ed., 2010, *The Portuguese in West Africa, 1415-1670: A documentary history*. Cambridge: Cambridge United Press.
- El Nuevo Herald, 2017. Tratado de Tlatelolco, 50 años de Latinoamérica libre de armas nucleares. *El Nuevo Herald* [online]. Disponível em www.elnuevoherald.com/noticias/mundo/america-latina/article132815979.html. Acesso em 9 de abril de 2017.
- Fyle, C. M., 2006. *Historical Dictionary of Sierra Leone*. Maryland: Scarecrow Press.
- Gberie, L., 2005. *A Dirty War in West Africa – The RUF and the destruction of Sierra Leone*. Indiana: Indiana University Press.

- Guimarães, B. G., 2015. A estratégia geopolítica brasileira para o Atlântico Sul. *Tensões Mundiais*, 12(22), pp. 259-293.
- IAEA, 2017. Pelindaba: Text of the African Nuclear-Weapon-Free Zone Treaty. *International Atomic Energy Agency (IAEA)*. Disponível em www.iaea.org/About/Policy/GC/GC40/Documents/pelindab.html. Acesso em 10 de abril de 2017.
- Jackson, P. e Albrecht, P., 2011. *Reconstructing Security after Conflict: Security Sector Reform in Sierra Leone*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Keen, D. 2005. *Conflict and Collusion in Sierra Leone*. Nova Iorque: Palgrave.
- Luís, C. C., 2015. Atlântico Sul: Perspectiva global e a busca pela autonomia regional. *Tensões Mundiais*, 12(22), pp. 79-112.
- Ministério das Relações Exteriores, 2017. *Política Externa: Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul*. Disponível em www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/151-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul. Acesso em 10 de abril de 2017.
- Ministério do Meio Ambiente, 2017. Antártida – Tratado da Antártida. Disponível em www.mma.gov.br/informma/item/878-tratado-da-ant%C3%A1rtida. Acesso em 10 de abril de 2017.
- Moreira, L. G. G., 2015. Prioridades para a cooperação brasileira no Atlântico Sul. *Tensões Mundiais*, 12(22), pp. 347-358.
- Opanal, 2017. *La proscripción de las armas nucleares en la América Latina*, por Embaixador Emérito Alfonso García Robles. Disponível em www.opanal.org/la-proscripcion-de-las-armas-nucleares-en-la-america-latina/. Acesso em 10 de abril de 2017.
- Patriota, A. A., 2013. *VII Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Discurso*. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/4547-vii-reuniao-ministerial-da-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas-texto-base-do-discurso-do-ministro-antonio-de-aguiar-patriota-montevidéu-15-de-janeiro-de-2013. Acesso em 10 de abril de 2017.
- Pimentel, C. R., 2015. O ressurgimento da ZOPACAS e a agenda de segurança no Atlântico Sul. *Tensões Mundiais*, 12(22), pp. 113-143.
- RUF/SL, 1995. Footpaths to Democracy: Toward a New Sierra Leone. *The Sierra Leone Web*. Disponível em www.sierra-leone.org/AFRC-RUF/footpaths.html. Acesso em 20 de Janeiro de 2012.
- SIPRI, 2016. SIPRI Military Expenditure Database. *SIPRI*. Disponível em www.sipri.org/databases/milex. Acesso em 30 de Outubro de 2016.
- Tanno, G., 2003. A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. *Contexto Internacional*, 25(1), pp. 47-80.
- TRC, 2004. *The Final Report of the Truth and Reconciliation Commission of Sierra Leone*. Vol. 2. GPL Press: Ghana. Disponível em <http://www.sierra-leone.org/Other-Conflict/TRCVolume2.pdf>. Acesso em 20 de Janeiro de 2012.
- Ukeje, C., 2003. Sierra Leone: The long descent into civil war. Em A. Sesay, ed., *Civil Wars, Child Soldiers, and Post-Conflict Peace Building in West Africa*. African Strategic and Peace Research Group.

- UN, 2005a. *Resolution adopted by the General Assembly on 20 December 2005*, A/RES/60/180. Nova Iorque: United Nations. Disponível em http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/60/180. Acesso em 23 de agosto de 2011.
- UN, 2005b. *Resolution 1645 (2005) Adopted by the Security Council at its 5335th meeting, on 20 December 2005*, S/RES/1645 (2005). Nova Iorque: United Nations. Disponível em [http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1645%20\(2005\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1645%20(2005)). Acesso em 23 de Agosto de 2011.
- UN, 2004. *Twenty-first report of the Secretary-General on UNAMSIL*, S/2004/228. Disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/270/25/PDF/N0427025.pdf?OpenElement>. Acesso em 23 de agosto de 2011.
- UN, 2001a. *Ninth report of the Secretary-General on UNAMSIL*, S/2001/228. Disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/284/81/IMG/N0128481.pdf?OpenElement>. Acesso em 23 de agosto de 2011.
- UN, 2001b. *Resolution 1346 (2001) Adopted by the Security Council at its 4306th meeting, on 30 March 2001*, S/RES/1346 (2001). 30 de março de 2001, United Nations Security Council. Disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/312/19/PDF/N0131219.pdf?OpenElement>. Acesso em 23 de agosto de 2011.
- UN, 2001c. *Tenth report of the Secretary-General on UNAMSIL*, S/2001/627. Disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/423/17/IMG/N0142317.pdf?OpenElement>. Acesso em 23 de agosto de 2011.
- UN, 2000a. *Second Report of the Secretary-General Pursuant to Security Council Resolution 1270 (1999) on the United Nations Mission in Sierra Leone*, S/2000/13. 11 de janeiro de 2000, United Nations Security Council. Disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/235/52/PDF/N0023552.pdf?OpenElement>. Acesso em 23 de agosto de 2011.
- UN, 2000b. *Fourth report of the Secretary-General on UNAMSIL*, S/2000/455. Disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/407/22/IMG/N0040722.pdf?OpenElement>. Acesso em 23 de agosto de 2011.
- UN, 2000c. *Seventh report of the Secretary-General on UNAMSIL*, S/2000/1055. Disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/717/71/IMG/N0071771.pdf?OpenElement>. Acesso em 23 de agosto de 2011.
- UN, 2000d. *Fourth report of the Secretary-General on UNAMSIL*, S/2000/455. Disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/407/22/IMG/N0040722.pdf>. Acesso em 23 de agosto de 2011.
- UN, 1999a. *Fourth progress report on UNOMSIL*, S/1999/20. Disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/002/20/IMG/N9900220.pdf?OpenElement>. Acesso em 23 de agosto de 2011.
- UN, 1999b. *Seventh progress report on UNOMSIL*, S/1999/836. Disponível em www.securitycouncil-report.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/SL%20S1999836.pdf. Acesso em 23 de agosto de 2011.
- UN, 1999c. *Statement by the President of the Security Council*, S/PRST/1999/1. 7 de janeiro de 1999, United Nations Security Council. Disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/004/16/PDF/N9900416.pdf>. Acesso em 23 de agosto de 2011.

- UN, 1999d. *First report of the Secretary-General on UNAMSIL*, S/1999/1223. Disponível em www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/1999/1223. Acesso em 23 de Agosto de 2011.
- UN, 1998a. *Fifth report of the Secretary-General on the situation in Sierra Leone*, S/1998/486. Disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N98/157/51/IMG/N9815751.pdf?OpenElement>. Acesso em 23 de agosto de 2011.
- UN, 1998b. *First progress report on UNOMSIL*, S/1998/750. Disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N98/233/37/IMG/N9823337.pdf?OpenElement>. Acesso em 23 de agosto de 2011.
- UN, 1995. *Letter dated 1 February 1995 from the secretary-general addressed to the president of the Security Council*, S/1995/120. Disponível em www.un.org/Depts/DPKO/Missions/unomsil/9503697E.pdf. Acesso em 23 de agosto de 2011.
- UN, 1986. *Declaration of a zone of peace and co-operation in the South Atlantic*, A/RES/41/11. Disponível em www.un.org/documents/ga/res/41/a41r011.htm. Acesso em 10 de abril de 2017.
- UN, 1974. *The Mano River Declaration*, no. 13608, United Nations (UN), Treaty Series, pp. 266-275. Disponível em World Bank: <http://wits.worldbank.org/GPTAD/PDF/archive/MRU.pdf>.
- UNODA, 2017. *African Nuclear Weapon Free Zone Treaty (Treaty of Pelindaba)*. United Nations Office for Disarmament Affairs (UNODA). Disponível em <http://disarmament.un.org/treaties/t/pelindaba/text>. Acesso em 10 de abril de 2017.
- UNOWA, 2016. *Maritime Security in the Gulf of Guinea*. United Nations Office for West Africa (UNOWA). Disponível em <https://unowa.unmissions.org/maritime-security-gulf-guinea>. Acesso em 30 de outubro de 2016.
- Wæver, O., 2011. Politics, security, theory. *Security Dialogue*, 42(4-5), pp. 465-480.
- Wæver, O., 1999. Securitizing Sectors? Reply to Eriksson. *Cooperation and Conflict*, 34(3), pp. 334-340.